
3ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA - 2022

- Data:** 13.12.2022
- Local:** Salão Nobre da Presidência
- Presenças:** Desembargador **Francisco Rossal de Araújo**, Presidente do TRT4 e do Comitê;
Juiz **Daniel Souza de Nonohay**, Juiz Auxiliar da Presidência;
Juiz **Rodrigo Trindade de Souza**, Juiz Auxiliar da Vice-Presidência;
Juiz **Leandro Krebs Gonçalves**, Juiz Auxiliar da Corregedoria;
Servidor **Adolfo Marques Pereira**, Secretário-Geral da Presidência;
Servidora **Rejane Carvalho Donis**, Diretora-Geral;
Servidor **Aldo da Silva Jardim**, Secretário-Geral Judiciário;
Servidor **André Soares Farias**, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC;
Servidor **Francisco José Fetter Furtado**, Diretor Substituto da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica;
- Convidados:** Servidora **Paula Segobia da Rosa**, Secretária da Corregedoria;
- Secretária:** **Romy Bruxel (SeGGE)**
- Horário:** das 10h às 11h45min
- Pauta:** 1) Resultados das Metas até novembro de 2022;
2) Metas para 2023;
3) Resultado do TRT4 no Prêmio CNJ de Qualidade;
4) Novos projetos estratégicos.

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de 2022, às 10 horas, em encontro presencial, ocorreu reunião do Comitê de Governança e Estratégia, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi coordenada pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Desembargador Francisco Rossal de Araújo e, no tópico relativo às metas locais, pelo Juiz Daniel Souza de Nonohay, conforme registro que segue:

Des. Rossal deu início à reunião saudando os presentes, e a seguir passou a palavra para o Francisco Fetter, para dar início à [apresentação](#) dos tópicos da pauta.

Assunto 1 da pauta: Resultados das Metas até novembro/2022

Francisco Fetter iniciou a apresentação destacando que no ano de 2022 houve várias melhorias no desempenho das metas em relação a 2021. A Meta 1 (Julgar mais processos do que os distribuídos) chegou ao final de novembro com 99,15% de atingimento, considerando o 1º e o 2º graus. Ainda não é possível prever se será atingida ou não. A dificuldade está no 2º Grau, que atingiu, até novembro, 90,35%. A meta 2 (Julgar processos mais antigos) já foi atingida no 2º Grau. A Corregedoria irá atuar para que seja atingida também no 1º grau. A Meta 3 (estimular a conciliação) será atingida. A Meta 5 (Reduzir a taxa de congestionamento) ainda não foi atingida, mas há chances de ser, pois costuma haver redução de 2% ao mês na taxa de congestionamento. Juiz Daniel destacou a importância de cumprir essa meta, pois ela tem impacto no IPCJus,

indicador que é um dos parâmetros para a provisão de cargos nos Tribunais. As Metas 9 (Estimular a inovação no Poder Judiciário), 10 (Promover a transformação Digital - Justiça 4.0) e 11 (Promover os Direitos da Criança e do Adolescente) já estão cumpridas. A meta específica da Justiça do Trabalho (Realizar exames periódicos de saúde em 15% dos magistrados e 15% dos servidores e promover pelo menos 3 ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior) está cumprida somente em relação às ações de saúde. Os exames periódicos de saúde estão em fase de licitação. Em relação a esta, Rejane destacou que a Meta irá se repetir em 2023, e nesse ano será cumprida. Na sequência, Francisco Fetter passou a apresentar os resultados das metas locais e submeter os índices relativos a essas metas para 2023 à validação. Des. Rossal destacou que os tribunais de grande porte têm mais dificuldade para cumprir as metas, e que deveriam ser definidas metas factíveis. Em relação às metas locais, foi definido, preliminarmente, que os percentuais de redução ou aumento dos índices terão como base de cálculo os resultados obtidos em 2022. Para as metas locais foram definidos os seguintes índices: Processos Pendentes na Fase de Conhecimento - redução de 1% em relação ao resultado de 2022; Processos em Execução - redução de 4% em relação ao resultado de 2022; Processos Pendentes de Julgamento no 2º Grau - redução de 1% em relação a 2022; Recursos de Revista Pendentes - redução de 2% em relação a 2022; Processos Arquivados Definitivamente na Fase de Execução - aumento de 6% em relação a 2022; Saldo de Processos Arquivados provisoriamente na Fase de Execução - redução de 5% em relação a 2022; Tempo Médio de Tramitação dos processos pendentes de conhecimento - redução de 5 dias em relação a 2022; Tempo Médio de Tramitação dos processos pendentes de execução - manter o tempo médio obtido em 2022; Tempo Médio de Tramitação dos Recursos de Revista Pendentes - redução de 5 dias em relação a 2022.

Assunto 2 da pauta: Metas 2023

Francisco Fetter informou que as Metas para 2023 foram aprovadas no 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em novembro de 2022. Destacou que houve poucas alterações em relação às metas de 2022. As Metas 1, 2, 3, 11 e a meta específica da Justiça do Trabalho permanecem as mesmas; a Meta 5 teve o percentual alterado de 1% para 0,5%; a Meta 9 de 2023 exige a implantação de um projeto oriundo do laboratório de inovação.

Assunto 3 da pauta: Resultado do TRT4 no Prêmio CNJ de Qualidade

Francisco Fetter mostrou que o TRT4 ficou em 17º lugar no resultado geral do Prêmio CNJ de Qualidade. No eixo Governança, ficou em 3º; no eixo Produtividade, em 19º; no eixo Transparência, em 21º; e em Dados e Tecnologia, em 14º lugar entre os 24 TRTs. Des. Rossal destacou o mau desempenho obtido no eixo Transparência, no qual o TRT4 obteve apenas 80 pontos dos 120 possíveis. Solicitou atuação mais firme da SeGGE na checagem das informações prestadas pelas áreas, para que erros que ocorreram em 2022 não voltem a ocorrer. Perguntou se no eixo Produtividade, no qual o TRT4 obteve apenas 152 pontos dos 435 possíveis, o resultado ruim decorreu mais do 1º ou do 2º grau. Rejane ponderou que o 2º grau representou peso maior no mau desempenho. Juiz Leandro sugeriu que sejam separadas as variáveis desse eixo entre os graus de jurisdição, para que cada área saiba onde deve atuar para melhorar o desempenho. Francisco Fetter se comprometeu a providenciar os dados.

Assunto 4 da pauta: Mudanças no portfólio de projetos estratégicos

Francisco Fetter apresentou a lista dos projetos estratégicos que estava em vigor em setembro de 2022, na revisão técnica do Plano Estratégico. Destacou que uma das iniciativas teve o nome alterado de “Contratação de PCMSO” para “Saúde Ocupacional”; um conjunto de ações da área de saúde foi agrupada sob o nome de “Saúde Integral”; e três ações da área de tecnologia foram agrupadas sob o nome de “Transformação Digital”. Outra mudança no portfólio é a proposta de dois novos projetos: “Conhecer e Pertencer” e “Selo de Excelência”. O primeiro tem como objetivo aumentar o engajamento e o senso de pertencimento de servidores e magistrados do TRT4 e prevê ações de comunicação e eventos de integração. André Farias informou que a Setic está desenvolvendo ação com objetivo semelhante e concordou em apresentar a iniciativa daquela área para a equipe do projeto estratégico. O projeto “Selo de Excelência” está sendo gerenciado pela servidora Paula Segobia, da Corregedoria, e prevê a concessão de certificado de eficiência às unidades judiciárias de 1º Grau que alcançarem níveis de produtividade predefinidos. As regras da premiação serão publicadas em Edital, a ser lançado em dezembro de 2022 ou janeiro de 2023. A intenção é que a premiação ocorra ainda nesta gestão. Rejane sugeriu que a iniciativa seja estendida para o 2º grau. Aldo informou que a ideia já foi debatida na SegJud e que existe a intenção de fazer algo semelhante. A proposta de inclusão dos dois novos projetos no portfólio - Conhecer e Pertencer e Selo de Excelência - foi aprovada pelo Comitê. Encerrada a apresentação, Francisco Fetter apresentou a lista atualizada de projetos estratégicos: Selo de Excelência, Conhecer e Pertencer, Saúde Ocupacional (Meta específica JT), Saúde Integral, Transformação Digital (Meta 10), Inovação na Justiça do Trabalho - Agenda 2030 (Meta 9), Promover os direitos da criança e do adolescente (Meta 11), Gestão da ética e da integridade, Governança dos colegiados temáticos do TRT4, Choque de Gestão no Recurso de Revista, Executa RS, Gestão da Pauta, Documenta TRT4 e Implementação do Sigep.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 11h45min, e eu, Romy Bruxel, redigi os termos da ata, validada eletronicamente pelos presentes.